

## **A eleição de Lula: Perspectivas políticas**

Amaury de Souza

O vigor democrático demonstrado pelo povo brasileiro e a dimensão da vitória eleitoral de Lula conferem ao seu governo uma forte legitimidade. No entanto, os imensos desafios que o Brasil enfrenta tanto a nível interno como externo, e a previsível heterogeneidade do seu gabinete, fruto dos resultados eleitorais do congresso e das políticas de alianças, irão certamente condicionar o desempenho do novo Presidente da República.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partidos dos Trabalhadores (PT), é um evento histórico para o Brasil. Quebrando recordes de votação de outros presidentes, o ex-líder sindical amealhou 52,4 milhões de votos (61,3%) contra 33,0 milhões (38,7%) para seu adversário, o senador José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Foi uma eleição sem precedentes na história brasileira também por ter sido uma disputa entre dois candidatos de origem humilde – Lula, filho de trabalhador rural e Serra, de feirante – ambos oriundos de São Paulo, o epicentro da modernização económica e política do país, com carreiras políticas forjadas na luta contra o regime militar.

Como no passado, Lula recebeu muito mais votos do que seu partido e este facto lhe condicionará o exercício do poder. Embora o PT tenha eleito 91 deputados federais, não alcançou a maioria parlamentar na Câmara dos Deputados, que totaliza 513 cadeiras. Somados às bancadas dos aliados, a base de Lula chega a 220 deputados, um número ainda insuficiente para aprovar leis complementares (que exigem maioria absoluta) ou emendas constitucionais (três quintos dos votos em duas votações separadas). O mesmo é verdade no Senado (81 cadeiras), onde os 27 senadores eleitos pelo PT e pelos partidos aliados estão longe de formar maioria.

Para constituir uma base parlamentar de apoio a Lula, o PT deverá atrair pelo menos um dos grandes partidos que apoiaram Serra, provavelmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação de centro. Caso ocorra, esta adesão acentuará o carácter já muito heterogéneo da aliança partidária que dará sustentação ao governo de Lula. Além do PMDB, a base será integrada por 9 partidos: dois de esquerda (PT e PC do B), quatro de centro-esquerda (PDT, PSB, PV e PPS) e três de centro ou

centro-direita (PL, PTB e PMN). Pela lógica da política de alianças, é previsível que a formação do ministério de Lula espelhe a mesma heterogeneidade, tornando mais difícil o manejo do executivo federal.

Lula também governará sem o apoio dos principais governadores. O PT terá apenas o Acre, Piauí e Mato Grosso do Sul, estados sem maior importância económica ou eleitoral, embora o futuro governo conte também com o apoio de partidos aliados que conquistaram outros oito governos estaduais. Os maiores estados do país, São Paulo e Minas Gerais, serão administrados pelo PSDB, que também venceu as eleições em Goiás, Ceará, Pará, Paraíba e Roraima. O PMDB conquistou cinco estados, dois dos quais – Pernambuco e Rio Grande do Sul – serão governados por adversários do PT. O PFL, que pretende fazer oposição ao novo governo, foi vitorioso em quatro estados. Em uma federação fortemente descentralizada, os novos governadores formarão um contrapeso ao poder federal, mercê do controle que exercem sobre as bancadas estaduais ao Congresso Nacional.

Foi longa a jornada do PT rumo ao poder. Fundado em 1980 por sindicalistas, activistas da esquerda católica e marxistas de variadas tendências, o PT notabilizou-se durante boa parte de sua existência pela aderência ao socialismo, a militância agressiva e as derrotas eleitorais. Em 1982, teve apenas 3,5% dos votos, o que lhe permitiu eleger oito deputados federais. O número subiu para 16 nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, embora o partido viesse mais tarde a se recusar a assinar a Constituição que ajudou a elaborar. A procura de apoio no centro político teve início com a derrota de Lula por Fernando Collor de Mello na eleição presidencial de 1989, agravada pela queda do muro de Berlim.

Lula sofreria ainda outras duas derrotas no 1º turno para Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, antes que o PT abandonasse propostas como a suspensão do pagamento da dívida externa, o rompimento com o FMI ou a revogação das privatizações, adoptando um programa moderado e nacionalista, feito sob medida para atrair o empresariado e a classe média. Parte integrante desta estratégia foi a ampliação do leque de alianças partidárias, tradicionalmente restritas a agremiações de esquerda. Para tanto, foi decisivo conquistar o apoio do Partido Liberal (PL), legenda na qual políticos de centro-direita coexistem com líderes evangélicos, bem como indicar o nome do empresário e senador José Alencar (PL-MG) como vice-presidente na chapa de Lula. Igualmente importante foi a adesão de dois ex-presidentes da República, José Sarney e Itamar Franco, a Lula.

Já causa preocupação no PT o impacto da "onda lulista" e das adesões em massa por ela induzidas. Sabe-se que não será possível agradar a todos nesse processo e o próprio presidente eleito tem exortado os sectores que lhe hipotecaram apoio a abrir mão de seus interesses exclusivos em nome de um "pacto social". Incluem-se neste grupo o Movimento dos Sem-Terra (MST), cujos acampamentos, espalhados por todo o país, reúnem mais de 85 mil famílias. Outros sectores, como o funcionalismo público federal e os sindicatos de trabalhadores, devem engrossar o coro de demandas, para não mencionar os empresários e a classe média, ameaçados pela crise económica e a ameaça de retorno da inflação.

É consenso que a "onda lulista" expressou um intenso desejo de mudança, após oito anos de taxas medíocres de crescimento sob o governo do presidente Fernando Henrique. O que não se sabe é que mudanças serão reivindicadas por um arco tão amplo de alianças. Vários analistas tem-se perguntado se 2002 não seria uma "eleição crítica", expressão de um voto anti-establishment e a favor de uma agenda de ampla transformação da sociedade brasileira. Ainda que não se possa dar resposta cabal à pergunta com os elementos que se têm à mão, sabe-se que estas demandas resultam do processo iniciado em 1994. "Os anos FHC trouxeram uma nova demanda, novas prioridades, nova inserção no mundo", afirmou o presidente do PT, deputado José Dirceu. "Hoje o país quer mudar. O PSDB cumpriu seu ciclo."

Trata-se de um formidável ciclo. É outro o país que o presidente Fernando Henrique entrega ao seu sucessor. O governo da social-democracia implementou medidas essenciais para extirpar o viés perdulário do Estado brasileiro e, assim, manter a estabilidade financeira, promovendo a renegociação das dívidas dos governos estaduais e promulgando a Lei de Responsabilidade Fiscal. As privatizações, a abertura da economia à competição internacional e o vigoroso esforço para expandir a educação em todos os níveis lançaram as bases para a retomada de uma trajectória sustentável de crescimento. Aumentou a rede de protecção social, foram expandidos os programas de renda mínima, que transferem renda directamente às famílias mais pobres, e melhorou a assistência médica.

O presidente Fernando Henrique também corporificou um modelo de comportamento democrático no comando do governo e é um tributo à sua integridade que nenhum dos candidatos tenha feito ataques pessoais a ele, embora criticassem de forma ácida o seu governo. A iniciativa do presidente de promover uma transição de governo com o mínimo

de sobressaltos, designando interlocutores em todos os ministérios para transmitir a uma equipe indicada pelo PT os dados necessários para o futuro governo, é inédita no país. Como também o é a disposição de actuar em conjunto com o presidente eleito para neutralizar a instabilidade no mercado financeiro, aprovando imediatamente reformas que aumentem a credibilidade do novo governo. A agenda legislativa que se quer aprovar até a posse do presidente eleito, em 1 de janeiro de 2003, inclui medidas destinadas a manter o nível da arrecadação tributária, o projecto que concede autonomia operacional ao Banco Central e o Orçamento de 2003.

Cabe ao próximo governo mostrar que cumprirá os compromissos que assumiu durante a campanha. Na área económica, tais compromissos incluem o respeito aos contratos e a manutenção dos regimes macroeconómicos, como o câmbio livre, a abertura da economia, o sistema de metas de inflação e os superávits fiscais elevados acordados com o FMI. Paradoxalmente, Lula pode ver-se compelido a retomar a agenda de reformas liberalizantes iniciada pelo presidente Fernando Henrique e que ficou inconclusa devido à oposição intransigente do PT no Congresso Nacional. Para elevar as exportações e reduzir a vulnerabilidade externa da economia, como preconiza o programa de governo de Lula, o presidente eleito deverá reeditar a reforma tributária, completar a reforma previdenciária e promover mudanças na legislação trabalhista. É ocioso assinalar que o imperativo de manter o equilíbrio das contas públicas pode ser contraditório com as promessas de aumento de gastos sociais feitas durante a campanha.

A eleição de Lula por maioria esmagadora confere forte legitimidade ao seu governo. O problema é entender esta vitória como a conquista de um mandato plebiscitário, de uma delegação popular que não pode ser contestada pelas demais forças políticas. No bojo de uma grave crise económica e fiscal, há sempre o risco de que o consenso inicial sucumba à força centrífuga dos interesses contrariados ou frustrados. São duas as tentações que espreitam os governantes quando aumenta a percepção de seu enfraquecimento político: o plebiscitarismo, ou a tentação de governar com as ruas, e o populismo, ou a tentação de conceder um pouco para todos. A liderança mais moderada e responsável do PT representa um antídoto para tais tentações. Outro factor de equilíbrio será a existência de uma oposição partidária coesa e coerente, dentro e fora do Congresso Nacional.